

# Nova carta, mas sem Constituinte

por Maria Teresa Fernandes

27 DEZ 1979

Quando o ministro da Justiça, Petrônio Portella, admitiu, na semana passada, a possibilidade de o atual governo elaborar uma nova Constituição, houve certa surpresa nos meios políticos. Afinal, era a primeira vez que tal hipótese era admitida desde a Revolução de 1964. Mas, conforme os dias foram se passando e as lideranças governistas comentavam a declaração, foi possível apurar com mais clareza o que Portella estava pretendendo dizer: uma nova Constituição é, sem dúvida, admitida pelo governo a médio prazo, mas não a partir da convocação de uma Assembléia Constituinte, e sim a partir de várias emendas à Carta atual.

Ontem, por exemplo, o ex-secretário-geral da Arena, deputado Prisco Viana, disse não ser indispensável a convocação de uma Assembléia Constituinte para se efetuem mudanças constitucionais: "O Congresso tem poderes constituintes e, através de emendas, ele pode perfeitamente reformar a Lei Maior".

A mesma posição foi defendida pelo ex-líder da Arena no Senado, Jarbas Passarinho, que foi um pouco além. Para o senador, a proposta do deputado Djalma Maranhão de fazer a nova Constituição, tendo como base a Carta de 1967, é bastante viável: "Ela poderia ser um marco a partir do qual se desdobraria o pensamento-moderno em termos de regime democrático constitucional". Já o presidente da extinta Arena, José Sarney, evitou entrar no mérito da questão, considerando que a provável convocação de uma Constituinte não é prioritária no programa governamental de abertura política. "O principal, por enquanto, é a articulação dos partidos", disse.

Embora pareça existir consenso no governo sobre a conveniência de reformar a Constituição sem a convocação de assembléia, as últimas declarações de seus integrantes indicam discordância em torno da data em que isso deve ocorrer. Passarinho defende sua realização logo após as eleições de 1982, enquanto Portella acha preferível antes delas. Aparentemente, o ministro teme que a proposta de Passarinho prejudique o partido do governo, na medida em que, com os partidos já articulados, o PD possa não influir na nova Constituição como o faria antes das eleições.

GAZETA MERCANTIL

27 DEZ 1979

Prisco Viana, entretanto, não mostrou grande preocupação com datas. Disse que "sem a convocação da Constituinte é possível o Congresso fazer a nova Constituição em qualquer época, até hoje". Ele considera que a última proposta de emenda constitucional apresentada pela mesa da Câmara, devolvendo algumas prerrogativas do Legislativo, já é um primeiro passo rumo à reforma da Constituição.

Apesar de todos os líderes do governo insistirem no caráter ainda de estudos da questão, parece certo que eles a consideram importante na negociação política aguardada com o funcionamento dos novos partidos. Sua cogitação já surgiu a partir de pressão de um ex-oposicionista, senador Amarel Peixoto, que queria pelo menos a promessa de ver um dia a idéia concretizada para poder passar para o PD com a consciência tranquila. E poderá continuar quando o governo precisar de "cartas na manga", para negociar com a oposição questões que ele absolutamente não aceita.